

Sumário

Prefácio	xvii
Nota do Autor às Três Primeiras Edições	xxi
Nota do Autor à 4ª Edição	xxiii
Nota do Autor à 5ª Edição	xxvii
Abreviaturas.....	xxix
Introdução ao Tema	xxxii
Análise dos Aspectos Polêmicos da Lei nº 9.099/95.....	1
1.1. A parte cível da Lei nº 9.099/95	1
1.2. A colocação dos Juizados Especiais na estrutura judiciária	1
1.3. A natureza jurídica dos Juizados Especiais	4
1.4. O conceito dos Juizados Especiais	5
2.1. Os princípios fundamentais	6
2.2. Princípio da oralidade	7
2.3. Princípio da simplicidade.....	10
2.4. Princípio da informalidade	11
2.5. Princípio da economia processual	13
2.6. Princípio da celeridade	13
2.7. A conciliação e a transação.....	15
2.8. A aplicação subsidiária do CPC	15
3.1. A opção pelos procedimentos dos Juizados Especiais	17
3.2. O campo de atuação da Lei.....	22
3.3. As causas de menor complexidade	25
3.4. Os critérios de fixação da competência no art. 3º e as conseqüên- cias de sua violação.....	27
3.5. As causas com valor até 40 salários mínimos (pequenas causas)....	28
3.6. A distinção entre pequenas causas estaduais e federais	30
3.7. As causas previstas no inciso II do art. 275 do CPC.....	31
3.8. O campo da atuação do procedimento sumário do CPC em face da previsão contida no art. 3º, II, da Lei nº 9.099/95	32
3.9. As causas de despejo para uso próprio	33

3.10. As causas possessórias sobre bens imóveis no valor de até 40 salários mínimos	34
3.11. A exclusão da tramitação de determinadas causas	35
3.12. A renúncia à parte excedente ao limite de 40 salários mínimos....	35
3.13. A competência para realizar a conciliação.....	37
3.14. A conexão e a continência nos Juizados Especiais	37
3.15. A diversidade de causas fundadas nos mesmos fatos	38
3.16. As ações coletivas	39
4.1. A determinação da competência pelo critério territorial e as consequências de sua violação	40
4.2. O foro do domicílio do réu	41
4.3. O foro do local onde a obrigação deve ser cumprida.....	42
4.4. O foro de eleição	43
5.1. A atuação do juiz na condução do processo e na valoração das provas	45
6.1. A aplicação do direito pelo juiz	46
6.2. O papel da equidade.....	46
7.1. O conciliador e o juiz leigo.....	47
7.2. O impedimento do exercício da advocacia pelo juiz leigo	49
8.1. A capacidade das partes.....	50
8.2. O incapaz	51
8.3. O preso	51
8.4. A pessoa jurídica de direito público	52
8.5. A empresa pública da União.....	53
8.6. A massa falida	53
8.7. O insolvente civil	53
8.8. A vedação ao cessionário de direitos da pessoa jurídica	53
8.9. A capacidade processual do condomínio	54
8.10. A capacidade da microempresa e da empresa de pequeno porte ...	55
8.11. A capacidade do maior de 18 anos	56
8.12. A caução.....	56
9.1. A capacidade postulatória	57
9.2. A intervenção do advogado	60
9.3. A presença pessoal das partes nas audiências	62
9.4. A assistência judiciária gratuita	63
9.5. A advertência quanto à conveniência do patrocínio por advogado .	66
9.6. O instrumento do mandato.....	67
9.7. O preposto.....	67
10.1. As intervenções de terceiro	69
10.2. O litisconsórcio.....	70
11.1. A atuação do Ministério Público	71

12.1. A publicidade dos atos	72
12.2. Os atos praticados em horário noturno.....	73
12.3. Os prazos.....	73
12.4. A interrupção dos prazos	74
13.1. Os princípios da instrumentalidade das formas e do prejuízo.....	75
13.2. A gravação da audiência.....	75
13.3. A manutenção dos registros.....	77
14.1. O “pedido” (petição inicial)	77
14.2. O pedido genérico	80
14.3. Os pedidos liminares: tutelas de urgência (antecipatória, cautelar e inibitória)	81
14.4. O juízo de admissibilidade da petição inicial	82
14.5. O indeferimento da petição inicial.....	83
14.6. O julgamento liminar de improcedência (art. 285-A do CPC)	83
15.1. A cumulação de pedidos	85
15.2. O limite na cumulação de pedidos em relação à competência rati- tione valoris	85
16.1. O registro do “pedido” (petição inicial)	86
16.2. A designação da sessão de conciliação	86
17.1. O comparecimento espontâneo das partes.....	88
17.2. O pedido contraposto.....	88
18.1. A citação.....	89
18.2. A citação das pessoas físicas, das pessoas jurídicas e das firmas in- dividuais	90
18.3. A citação por carta precatória.....	91
18.4. A citação por carta rogatória	92
18.5. A impossibilidade da cientificação por edital.....	92
18.6. A citação por hora certa.....	93
19.1. A intimação.....	94
19.2. A comunicação da mudança de endereço.....	95
19.3. A intimação dos defensores públicos	95
20.1. A revelia.....	97
21.1. O nomen iuris do procedimento sincrético.....	99
21.2. A natureza do procedimento sincrético.....	99
21.3. A adequação dos ritos à fase cognitiva do procedimento sincrético..	100
21.4. A comparação entre as fases cognitivas do procedimento sumário do CPC e do procedimento sincrético dos Juizados Especiais.....	102
21.5. A estrutura da fase cognitiva do procedimento sincrético	103
21.6. A sessão de conciliação	104
22.1. A direção da audiência de conciliação	105
22.2. A homologação da conciliação	106

22.3. As causas sujeitas à conciliação.....	107
23.1. O não comparecimento das partes às audiências.....	107
24.1. A arbitragem na Lei nº 9.099/95.....	109
24.2. A produção de prova na arbitragem.....	111
24.3. Os limites do laudo arbitral	111
25.1. A equidade na arbitragem.....	111
26.1. A prolação da decisão arbitral	112
26.2. A homologação do laudo arbitral	112
26.3. A irrecorribilidade da sentença que homologa o laudo arbitral.....	112
27.1. A audiência de instrução e julgamento	113
28.1. O momento para apresentar a resposta do réu	114
28.2. A produção da prova	114
28.3. As alegações finais	115
28.4. A designação de data para a leitura de sentença	115
28.5. As decisões interlocutórias proferidas em audiência	116
28.6. A reprodução da audiência	116
29.1. Os incidentes processuais.....	117
29.2. A análise dos documentos apresentados em audiência	117
30.1. A contestação.....	118
30.2. O ônus da impugnação específica.....	119
30.3. O julgamento das exceções de impedimento e suspeição	119
30.4. A alegação de incompetência territorial pelo juízo deprecado	120
31.1. O pedido contraposto	121
32.1. O direito probatório	123
32.2. O ônus probatório	123
33.1. A produção das provas em audiência	124
33.2. A limitação quanto à produção das provas	124
34.1. A prova testemunhal	125
34.2. A juntada de declarações, laudos e orçamentos	127
35.1. A prova pericial	127
35.2. O perito	129
35.3. A limitação quanto à prova técnica.....	130
35.4. A inspeção judicial	131
35.5. A apresentação de laudos particulares	132
36.1. O registro da prova oral	133
37.1. A realização da instrução por juiz leigo.....	134
38.1. A dispensa do relatório	136
38.2. O julgamento das questões prejudiciais	136
38.3. A intimação da sentença	137
38.4. A decisão sobre os embargos à execução	137
38.5. A sentença líquida.....	138



38.6. A condenação por litigância de má-fé	138
38.7. A concessão da gratuidade de Justiça	138
39.1. A eficácia da sentença acima da alçada legal	139
40.1. A decisão do juiz leigo	140
41.1. O sistema recursal	142
41.2. O “recurso inominado”	143
41.3. A impugnação das sentenças homologatórias de acordos e arbitragens	143
41.4. A irrecorribilidade das decisões interlocutórias	144
41.5. A competência para julgar o mandado de segurança contra atos dos juízes dos Juizados Especiais	148
41.6. O recurso adesivo	151
41.7. A reclamação ou correção parcial	151
41.8. A Turma Recursal.....	153
41.9. A necessidade de intervenção do advogado em fase recursal.....	155
42.1. O termo a quo para a contagem do prazo recursal	156
42.2. A interposição do “recurso inominado”	156
42.3. O preparo do “recurso inominado”	157
42.4. A admissibilidade do “recurso inominado”	160
42.5. Os procedimentos do “recurso inominado”	162
43.1. Os efeitos da interposição do “recurso inominado”	163
44.1. A transcrição da gravação da audiência	164
45.1. A intimação das partes e a publicação da pauta	165
46.1. O julgamento dos recursos na Turma Recursal	166
46.2. A aplicação do julgamento imediato do mérito nas Turmas Recursais (Teoria de Causa Madura Recursal).....	167
46.3. O impedimento do juiz nas Turmas Recursais	168
46.4. O acórdão	168
46.5. Os recursos cabíveis em face do acórdão proferido pelas Turmas Recursais	169
46.6. A competência do STF em face das decisões dos Juizados Especiais ..	172
46.7. A competência para julgar mandado de segurança contra atos das Turmas Recursais.....	174
47.1. O recurso de divergência	175
48.1. A previsão dos embargos de declaração	177
48.2. O cabimento dos embargos de declaração	177
48.3. A correção de ofício dos erros materiais.....	178
48.4. Os embargos de declaração com efeitos infringentes.....	179
48.5. Os embargos de declaração para efeito de prequestionamento	179
48.6. A aplicação de multa em decorrência de embargos protelatórios..	181
49.1. A interposição dos embargos de declaração	181

49.2. A intervenção do advogado	182
50.1. A suspensão do prazo	182
51.1. O encerramento do procedimento sem resolução do mérito	184
51.2. A ausência do autor às audiências	185
51.3. A inadmissibilidade do procedimento ou do seu prosseguimento.	186
51.4. A declaração de incompetência territorial.....	187
51.5. Os impedimentos do artigo 8º após a propositura da ação	187
51.6. O falecimento do autor	188
51.7. O falecimento do réu	188
51.8. A dispensa da intimação das partes sobre o encerramento do procedi- mento.....	189
52.1. O sistema executivo dos Juizados Especiais	191
52.2. A execução das decisões judiciais	192
52.3. A execução provisória	193
52.4. O interesse de agir	194
52.5. A legitimidade	194
52.6. A competência	195
52.7. O procedimento executivo.....	196
52.8. A propositura da execução.....	197
52.9. A intimação do executado.....	198
52.10. A conversão da sentença em BTN ou índice equivalente.....	199
52.11. A elaboração dos cálculos por servidor judicial	199
52.12. A multa periódica (astreintes)	200
52.13. O cabimento de diferentes medidas de apoio.....	203
52.14. O termo inicial da incidência dos preceitos cominatórios.....	203
52.15. O cumprimento da obrigação por terceiro	204
52.16. A conversão da obrigação mandamental de perdas e danos.....	205
52.17. A penhora	205
52.18. A adjudicação do bem penhorado	205
52.19. A alienação do bem penhorado por iniciativa particular	206
52.20. A hasta pública eletrônica.....	207
52.21. A dispensa na publicação de editais	207
52.22. A falta de bens penhoráveis.....	208
52.23. A impossibilidade de localização do executado.....	208
52.24. O regramento dos embargos à execução.....	209
52.25. A natureza jurídica dos embargos à execução	209
52.26. A interposição dos embargos à execução	210
52.27. As matérias sujeitas aos embargos à execução	212
52.28. A exceção de pré-executividade	213
52.29. A sucumbência nos embargos.....	214



52.30. Os embargos de adjudicação, de alienação e da arrematação e os embargos de terceiro	214
52.31. A desistência da execução	215
53.1. A execução do título executivo extrajudicial até 40 salários mínimos	215
53.2. A natureza do procedimento executivo	216
53.3. O objeto da execução	216
53.4. As condições da ação executiva	217
53.5. A competência	217
53.6. Os títulos executivos extrajudiciais	218
53.7. O procedimento executivo.....	218
53.8. A estrutura da audiência no processo de execução	219
53.9. Os embargos à execução extrajudicial.....	220
53.10. O objeto dos embargos à execução	221
53.11. O devedor revel.....	221
54.1. As despesas processuais	222
56.1. A implantação de curadorias e de serviço de assistência judiciária ..	226
57.1. A homologação de acordos extrajudiciais nos Juizados Especiais ..	227
57.2. O acordo celebrado pelas partes e referendado pelo Ministério Público	228
58.1. A competência legislativa	228
59.1. O mandado de segurança com efeitos rescisórios	229
93.1. A organização judiciária dos Juizados Especiais	231
94.1. O Juizado Especial itinerante.....	232
95.1. A instalação dos Juizados Especiais	232
97.1. A revogação da Lei nº 7.244/84	233
Notas Introdutórias sobre os Juizados Especiais Federais Cíveis.....	235
Anexo I – Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais – Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.....	247
Anexo II – Legislação Referida – Lei dos Juizados de Pequenas Causas – Lei nº 7.244, de 7 de novembro de 1984	263
<i>(revogada pela Lei nº 9.099/95)</i>	
Constituição Federal.....	271
<i>Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988</i>	
Código de Processo Civil – Lei Federal nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973..	273
Lei dos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais – Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001	275

Regulamentação da Representação Judicial Federal nos JEF – Decreto Federal nº 4.250, de 27 de maio de 2002	281
Constituição do Estado do Rio de Janeiro – de 5 de outubro de 1989.....	283
Lei Estadual dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro – Lei Estadual nº 2.556, de 21 de maio de 1996	285
Lei Estadual que Regulamenta as Funções de Conciliador e Juiz leigo no Estado do Rio de Janeiro – Lei Estadual nº 4.578, de 12 de julho de 2005 ...	293
Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	295
Regimento Interno do Conselho Recursal do Rio de Janeiro – Resolução nº 07/2006	297
Anexo III – Projetos de Lei – Projeto de Emenda à Constituição Federal	303
Projeto de Lei Federal	305
<i>Inclui Seção ao Capítulo II da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, relativa à uniformização de jurisprudência.</i>	
Projeto de Lei Federal	307
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios”.</i>	
Projeto de Lei Federal	311
<i>Institui o Juizado Especial de Família.</i>	
Projeto de Lei Federal	313
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis Assistenciários e disciplina o processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.</i>	
Referências Bibliográficas	329